



**A ESTRADA NOVA DO AÇÚCAR:
NOTAS HISTÓRICO-TOPONÍMICAS SOBRE UM
PROJETO VIÁRIO NA COTINGUIBA SERGIPANA DO
SÉCULO XIX**

**THE NEW SUGAR ROAD:
HISTORICAL-TOPONYMIC NOTES ON A ROAD
PROJECT IN COTINGUIBA SERGIPANA IN THE 19TH
CENTURY**

**EL NUEVO CAMINO DEL AZÚCAR:
NOTAS HISTÓRICO-TOPONÍMICAS SOBRE UN PROYECTO
DE CARRETERAS EN LA COTINGUIBA SERGIPANA EN EL
SIGLO XIX**

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2023.i1.p. 225-243

Amâncio Cardoso

Professor do Instituto Federal de Sergipe (IFS)

Mestrado em História pela UNICAMP

E-mail: amancio.cardoso@ifs.edu.br

Orcid: 0009-0003-8745-918X

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo fazer uma análise histórico-toponímica de um mapa manuscrito do acervo da Biblioteca Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro. O mapa foi elaborado pelo engenheiro militar alemão João Bloem, em 1846, a serviço do Império. Ele foi confeccionado para a execução de obras de construção de uma estrada nova e reforma de uma ponte do caminho que ligava a antiga vila de Laranjeiras e o porto de desembarque de mercadorias para a alfândega de Porto das Redes, na região do vale dos rios Sergipe/Cotinguiaba. Esta obra de infraestrutura era fundamental para o desenvolvimento econômico da província à época. Mas por razões de má gestão política essas benfeitorias não foram concluídas e não atingiram sua finalidade. Assim, analisamos alguns topônimos naturais e antrópicos presentes no referido mapa para compreender o conteúdo desse importante documento.

Palavras-chave: Cartografia de Sergipe; Toponímia; Sergipe; Século XIX.

ABSTRACT:

This article aims to make a historical-toponymic analysis of a handwritten map of the collection of the National Library of Brazil, in Rio de Janeiro. The map was prepared by the German military engineer João Bloem, in 1846, in the service of the Empire. It was made for the construction of a new road and renovation of a bridge on the way that connected the old village of Laranjeiras and the port for unloading goods to the customs office of Porto das Redes, in the Cotinguiaba river valley region. This infrastructure work was fundamental for the economic development of the province at the time. But for reasons of political mismanagement, these improvements were not completed and did not reach their purpose. Thus, we analyze some natural and anthropic toponyms present in that map to understand the content of this important document.

Keywords: Cartography of Sergipe; Toponymy; Sergipe; 19th century.

RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo hacer un análisis histórico-toponímico de un mapa manuscrito de la colección de la Biblioteca Nacional de Brasil, en Río de Janeiro. El mapa fue elaborado por el ingeniero militar alemán João Bloem, en 1846, al servicio del Imperio. Fue realizado para la construcción de una nueva carretera y renovación de un puente en el camino que conectaba el antiguo pueblo de Laranjeiras y el puerto de descarga de mercancías a la aduana de Porto das Redes, en la región del valle del río Cotinguiaba. Esta obra de infraestructura fue fundamental para el desarrollo económico de la provincia en ese momento. Pero



por razones de mala gestión política, estas mejoras no se completaron y no alcanzaron su propósito. Así, analizamos algunos topónimos naturales y antrópicos presentes en ese mapa para comprender el contenido de este importante documento.

Palabras clave: Cartografía de Sergipe; Toponimia; Sergipe; Siglo XIX.

1 INTRODUÇÃO

Vários documentos cartográficos sobre Sergipe estão guardados por instituições no exterior e no Brasil. Uma delas é a Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Nesta instituição, está arquivada uma planta sobre Sergipe, elaborada pelo engenheiro militar a serviço do Império, João Bloem. Essa fonte histórica é a “Planta do Terreno: Desd'o embarque no sitio Monte Video até a descida do Morro da Mossuca: Projecto da estrada nova para a Villa de Larangeiras”, confeccionada em 1846.

O projeto de Bloem é um mapa manuscrito, desenhado a nanquim aquarelado¹, em suporte de papel industrial (papel de pasta de madeira), montado em tela de tecido de algodão pela Oficina da Biblioteca Nacional, no início do século XX. O documento mede 40,4 x 62,8 cm, e tem escala gráfica de 1.000 braças [=19,5cm]. O território representado no mapa corresponde à área dos atuais povoados Mussuca e Cedro, a cerca de quatro quilômetros da sede do município de Laranjeiras-SE.

O mapa manuscrito está depositado na coleção Pimenta Bueno², sob custódia da Biblioteca Nacional, e sua localização no acervo é ARC.028,02,024 Cartografia (CDD-912.8141).³ Portanto, estamos diante da representação cartográfica de uma importante região açucareira de Sergipe da primeira metade do século XIX, elaborado por um engenheiro militar europeu.

Neste sentido, o objetivo desse artigo é analisar as informações toponímicas contidas no documento para melhor entender a relação da área projetada e sua importância histórica no contexto de Sergipe em meados do século XIX. Para isso, apresentaremos a trajetória do autor, a importância da toponímia para o estudo de fontes dessa natureza, e por último analisaremos os registros toponímicos do mapa manuscrito.

2 O AUTOR DO MAPA, JOÃO BLOEM

João (nascido Hans) Bloem, nasceu em 1799, na cidade de Krefeld, localizada no então Reino da Prússia, atual Alemanha. Ele veio à América do Sul, em 1818, para combater pela Marinha do Chile na guerra de independência do país andino. Anos depois, Bloem aportou no Brasil em março de 1823 para também participar de batalhas navais na guerra de independência

¹ O “aquarelamento” é um processo de pintura sobre papel, em que são utilizadas tintas diluídas em água. Cf. HOUAISS. Aquarela. **Dicionário eletrônico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, versão 2.0, out de 2007.

² José Antônio Pimenta Bueno (1803-1878), famoso magistrado e político do Império. BRASIL. Arquivo Nacional. José Antônio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br>>. Acesso em: 27/04/2022.

³ O documento que acessamos foi digitalizado pela própria Biblioteca Nacional, resolução 300 dpi/colorida. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart514935.jpg>. Acesso: 19/04/2022.



pela Armada brasileira, em Salvador. Nesse período, D. Pedro I (1798-1834) contratou militares europeus, comandados pelo experiente almirante escocês Thomas Cochrane (1775-1860), que também veio do Chile com Bloem, para expulsar os portugueses. Consolidada a independência política do Brasil, Bloem se tornou membro do corpo de engenheiros militares do Império, elaborando projetos e dirigindo obras nas províncias do Ceará, Pernambuco, São Paulo, Sergipe e Bahia.

Em Pernambuco, ele comandou em 1826 a ilha de Fernando de Noronha. Em Recife, fez o plano de arruamento do aterro no bairro dos Afogados. Além disso, Bloem dirigiu, em 1829, uma colônia de trabalhadores alemães, a “Colônia Santa Amélia”, próxima ao Recife. Em 1830, a Câmara do Recife o nomeou “encarregado da arquitetura da cidade” (AULER, 1964). De Pernambuco, Bloem foi para São Paulo em 1834. Aí, o engenheiro militar foi nomeado, pelo regente liberal, Diogo Antônio Feijó (1784-1843), diretor da Real Fábrica de Ferro “Fundição São João de Ipanema”, em Sorocaba, de 1835 a 1842. (BALDIN, 2012).

Em julho de 1844, João Bloem foi enviado pelo Governo Imperial a Sergipe. Ele assumiu o cargo de diretor da repartição de obras públicas, onde iria permanecer até 1848. Na província sergipana, Bloem foi responsável por diversas obras. O engenheiro militar, por exemplo, executou a Ponte Nova, ou do Açougue, na cidade de Laranjeiras. Essa ponte foi concluída em 1846 (AMARAL, 1846). Ela ainda é utilizada pelos laranjeirenses e é considerada um patrimônio arquitetônico da cidade. Quando o Imperador Pedro II (1825-1891) esteve em Laranjeiras, em 1860, ele fez questão de visitar a Ponte Nova, “trabalho que atesta a perícia do engenheiro”, escreveu. Com essa visita, Dom Pedro II reconheceu os préstimos que o engenheiro fizera ao país (GALVÃO, 1860, p. 80).

Em Sergipe, Bloem entrou em desavença com o responsável pelo almoxarifado das obras públicas e com o próprio presidente da província, por problemas de atraso no pagamento, falta de material, demora na liberação de verbas, centralização administrativa e más condições de trabalho. O prussiano acusou o almoxarife de furto de dinheiro para pagar os trabalhadores contratados, afirmando que o chefe do almoxarifado “em vez de coadjuvar os engenheiros, os embaraça por quanto meio há”.⁴

Talvez por conta dessa situação embaraçosa, Bloem tenha saído de Sergipe em 1848, após quatro anos de serviços aqui prestados. Obedecendo a sua solicitação, o Imperador D. Pedro II o transferiu para Salvador-BA, onde também assumiu a Diretoria de Obras até 1850, com muitos

⁴ **Correio Sergipense**. São Cristóvão, nº 16, de 26 de fevereiro de 1848. p. 02.



trabalhos executados.⁵ No ano seguinte, em fevereiro de 1851, o engenheiro militar prussiano foi designado para o Exército do Rio Grande do Sul.⁶

Dois meses depois, no dia 22 de abril de 1851, João Bloem foi encontrado morto de forma misteriosa, em Porto Alegre, aos 53 anos de idade. A causa da morte, conforme certidão de óbito, fora “suicídio por alienação mental”. Ele teria disparado, conforme o laudo, um tiro de revólver na própria cabeça. Bloem foi sepultado no cemitério da Misericórdia da capital gaúcha.⁷ O engenheiro militar deixou esposa e três filhos (CARDOSO, 2022).

3 O PROJETO DA ESTRADA NOVA, LARANJEIRAS-SE, 1846

A área projetada por Bloem para uma estrada nova, há mais de um século e meio, corresponde atualmente aos territórios dos povoados Mussuca e Cedro, além das terras das fazendas Pilar, Pindoba e Ilha; todos localizados no município de Laranjeiras, na região da Cotinguiba em Sergipe, a cerca de 25 Km de Aracaju.

No século XIX, era fato que a “PLANTA DO TERRENO: Desd’o embarque no sítio Monte Vidéo até a descida do Morro da Mossuca” de 1846 (Figura 1) seria um projeto estratégico para a economia de Sergipe. À época, a região da então vila de Laranjeiras era a maior produtora de açúcar para exportação. E a estrada do sítio Monte Vidéo, passando pela ponte do Canto do Negro até o morro da Mussuca, era uma das mais movimentadas para o tráfego dos carros de bois, abarrotados de produtos dos engenhos. Um presidente da província assim se expressou sobre o tráfego naquele trecho: “O conserto da ponte [do Canto do Negro] é tanto mais urgente, quanto é certo ser a respectiva estrada [do sítio Monte Vidéo] a mais frequentada talvez da província” (SILVA, 1852, p. 36).

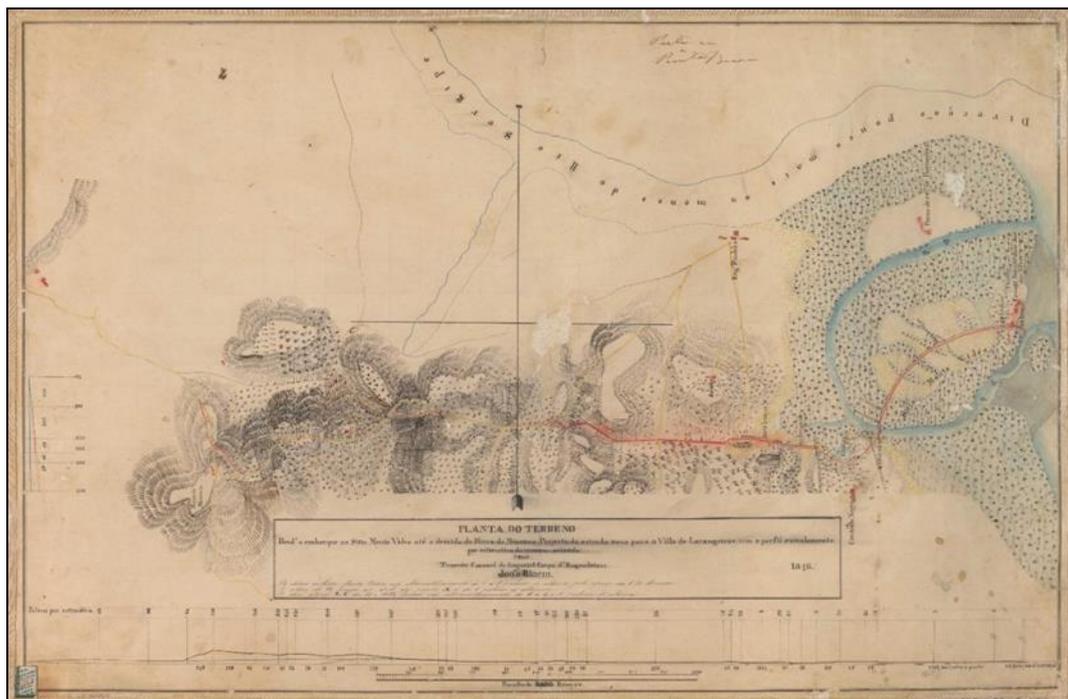
⁵ **Correio Sergipense**. São Cristóvão, nº 20, 11 de março de 1848. p. 04.

⁶ **Correio Sergipense**. São Cristóvão, nº 25, de 09 de abril de 1851. p. 04.

⁷ MITRA da Arquidiocese de Porto Alegre-RS, Cúria Metropolitana do Arcebispado. **Assento da certidão de óbito de João Bloem**. Livro 07 de assentamentos de óbitos da Igreja de Nossa Senhora Mãe de Deus, Catedral de Porto Alegre, folha 249, Porto Alegre-RS.



Figura 1: Planta de João Bloem para uma Nova Estrada, 1846.



Fonte: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart514935.jpg>. Acesso em: 19/04/2022.

O entrave mais crítico para o escoamento sacarino à época era a falta de boas estradas entre os engenhos e os portos fluviais. Por isso, a Assembleia decretou que se “acabasse a fatura da [ponte] do Canto do Negro, e uma nova estrada no Sítio do Monte Vidéo”. As obras foram paralisadas “por falta de dinheiro”, mas estavam “muito adiantadas”, conforme o próprio engenheiro responsável, João Bloem (SOUTO, 1847, p. 09).

Portanto, um dos indicadores responsáveis pelas dificuldades econômicas e tolhimento das perspectivas de desenvolvimento provincial foi a deficiência dos meios de comunicação, sobretudo da carência ou ausência de estradas e pontes. Neste sentido, os caminhos e picadas em Sergipe eram quase intransitáveis, prejudicando os transportes que levavam as caixas de açúcar, aumentando o tempo da viagem e os custos de venda da mercadoria. Assim, “quando a produção para a exportação definiu a vida econômica da província, o planejamento e a construção de estradas, pontes e canais ganharam realce de algo inadiável” (ALMEIDA, 1984, p. 227).

As novas estradas deveriam ser mais largas, porque as velhas vias da província eram estreitas e dificultavam a passagem ao mesmo tempo de dois carros de boi. Além disso, as vias terrestres eram esburacadas, danificando o transporte de carga. Um governante em 1846, mesmo ano do projeto de Bloem, afirmou que “rigorosamente falando, ainda não há uma só estrada na província, mas trilhos que os viajantes têm tornado em estradas” (AMARAL, 1846, p. 42) Portanto, a planta da nova estrada elaborada por Bloem, em Laranjeiras, foi um projeto de suma necessidade para desenvolver a economia provincial.



4 OS TOPÔNIMOS NO PROJETO DA NOVA ESTRADA

A toponímia, que é parte da onomástica (estudo linguístico dos nomes próprios), estuda os nomes de lugares (topônimos). Desse modo, ela busca a etimologia e o contexto histórico dos designativos geográficos naturais e antrópicos. Sendo assim, a toponímia auxilia o pesquisador a interpretar o significado dos nomes de lugares “como um complexo linguístico-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente”, para revelar as características de um lugar, firmadas na inscrição onomástica (DICK, 1990, p 16).

4.1 TOPÔNIMOS ANTRÓPICOS

4.1.1 SÍTIO MONTE VIDÉO

O sítio Monte Vidéo, que ocupa o canto direito da planta, é na verdade uma pequena área ilhada, à margem direita do rio Sergipe. Neste sítio, se situava o ponto de embarque e desembarque das mercadorias que passariam pela nova estrada projetada por Bloem. Este lugar da Estrada Nova era comercial e economicamente importante porque ficava defronte do povoado Porto das Redes, município de Santo Amaro, onde se situava à época a alfândega de Sergipe, local de fiscalização e cobrança de impostos de mercadorias.

Desde 1836, a alfândega funcionava no Porto das Redes. Em 1843, ela foi mudada para a Barra dos Coqueiros. Mas retornou para o Porto das Redes em 1846, ano da confecção da planta de Bloem. Por isso, a nova estrada projetada pelo engenheiro tinha uma importância estratégica para escoamento do açúcar do Vale dos rios Sergipe/Cotinguiaba; e para cobrança de tributos pelo governo provincial.

Assim, foi neste ano de 1846 que o governo provincial e os donos de engenho se interessaram pela rápida execução do projeto da Estrada Nova e da ponte do Canto do Negro, principais objetos do projeto de Bloem. O governo visava a cobrança de impostos e os proprietários a melhoria do escoamento da produção e diminuição dos custos de transporte de mercadorias; sobretudo do açúcar, tendo o Sítio Monte Vidéo como local de passagem obrigatória.⁸

As dificuldades dos meios de comunicação foi um dos fatores que marcariam os limites de expansão da economia açucareira em Sergipe. No entanto, entre os anos de 1840 e 1860, ocorre o crescimento do número de propriedades canavieiras, seja por incorporar novas fronteiras ou por sua expansão dentro da própria área das primitivas propriedades, através da fragmentação da terra “por força das divisões sucessórias” (ALMEIDA, 1993, p. 127).

⁸ SILVA, José Antônio de Oliveira. **Relatório apresentado à Assembleia Provincial**. Sergipe: Tipographia Provincial, 08 de março de 1852. p. 36.



As terras do antigo sítio Monte Vidéo foram vendidas ao coronel Pedro Muniz Barreto, senhor do Engenho Ilha, nos anos de 1840, ou até mesmo antes. Desse modo, o Engenho Ilha se denominaria, tempos depois, “Fazenda Ilha”, ficando a posse das terras para os descendentes do coronel Muniz Barreto, falecido em 1872.⁹

Dessa maneira, o nome do sítio Monte Vidéo foi mudado para Engenho Ilha, depois para Fazenda Ilha, como está até hoje. Com certeza, Bloem conservou em sua planta de 1846 o topônimo primitivo “Monte Vidéo”, e não “Ilha”, talvez por força do costume e pelo fato de a troca de nomes ainda estar recente à época.

Sendo assim, João Bloem cometeu um equívoco ao nomear o Engenho Ilha de Sítio Monte Vidéo, prova disso é que noutro documento de sua própria autoria, a “Carta Corographica para a Divisão das Comarcas, Termos e Municípios da Província de Sergipe Del Rey”, confeccionado dois anos antes da Planta aqui examinada, em 1844, o engenheiro registrou “Engenho Ilha” na mesma área de ocupação do antigo “Sítio Monte Vidéo”. Também nos mapas e cartas seguintes, por ele confeccionados, aparecerá sempre o topônimo “Ilha”, como ainda hoje é o nome da fazenda no mesmo lote de terras.¹⁰

Desse modo, o Sítio Monte Vidéo quando foi vendido em 1840 passou a se chamar Engenho Ilha, que durante cerca de quarenta anos foi propriedade de Pedro Muniz Barreto, até 1872, ano de seu falecimento. Sua viúva, Clara Maria de Lima Barreto, morreu em 1877. O Ilha então foi desmembrado entre os cinco filhos do casal (ALMEIDA, 1993, p. 169-170).

O engenho Ilha foi mencionado como extinto em 1923, num inventário dos herdeiros de Eugenio Freire (também herdeiro do engenho vizinho, o Pilar), casado com Evangelina Muniz, herdeira direta do Ilha. Logo após, as terras do engenho passaram a ser denominadas de Fazenda Ilha, até os dias atuais. Em resumo, conforme Santos (2003, p. 30), o que atualmente chamamos de Fazenda Ilha, “corresponde na verdade a três quinhões do antigo Engenho Ilha, que totalizam 700 tarefas”.

4.1.2 CASA DE BERNARDINO JOSÉ DAS NEVES E FORNO DE CAL DE BERNARDINO

A “casa de Bernardino José das Neves e o Forno de Cal de Bernardino” estão localizados no projeto dentro das terras do Sítio Monte Vidéo/Engenho Ilha, colorizados de vermelho, junto à

⁹ **Jornal do Aracaju**. Aracaju, nº 270, 1872. p. 04. Os herdeiros/proprietários da Fazenda Ilha são Cleonice Freire Barreto, Rosa Maria Freire Barreto, Maria Aparecida Barreto de Almeida, Irênio José Freire Barreto, José Américo Freire Barreto, Angélica Maria Barreto Gonçalves Freire e Vivaldo Lima Barreto. BRASIL. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 12 de setembro de 2018, edição 176, Seção: 3, p. 10.

¹⁰ O nome do antigo sítio Monte Vidéo ficou sedimentado na memória popular, a ponto de nomear também a nova estrada projetada por Bloem em 1846. Assim, em 1848, um certo “Viajante do Canto do Negro”, que percorria com frequência a área, refere-se a essa estrada, numa correspondência a um jornal da época, como “estrada do Monte Vidéo”, aludindo ao caminho que cortava aquele sítio para quem ia de Laranjeiras até o ponto de embarque para Porto das Redes, como está no projeto em apreço. Ver **Correio Sergipense**. São Cristóvão, nº 18, 04 de março de 1848. p. 03.



margem do rio Sergipe. Em nossa pesquisa, não encontramos informação alguma sobre Bernardino José das Neves. Teria sido ele um morador ou agregado da propriedade? Em Sergipe a figura do agregado, ou morador de sítio, tornou-se muito comum entre 1840 e 1860. Em Laranjeiras, nesse período por exemplo, havia uma média de três agregados por engenho, recebendo casas nas terras do senhor e, em troca, trabalhavam nas lides agrícolas (ALMEIDA, 1993, p. 239).

Com relação aos dois bens anotados na Planta de Bloem (casa e forno), em 2003, numa pesquisa arqueológica feita na superfície da área do Engenho Ilha/Sítio Monte Vidéo foram encontrados alicerces e ruínas do século XIX de uma casa de engenho (casa das caldeiras), uma casa grande (residência), um cemitério e uma capela. Algumas destas construções podem ser as que estão desenhadas na planta de Bloem, no formato de quadrículas vermelhas, e onde está escrito “Casa de Bernardino José das Neves”.¹¹

Conforme a referida pesquisa arqueológica, a casa grande que possuía arquitetura vernacular, já estava num “estado crítico” em 1881, precisando de reformas estruturais. Numa das reformas, só foram aproveitadas as telhas, e mesmo assim elas tiveram que ser completadas com as que restavam das “senzalas caídas”. No entanto, os alicerces de tais senzalas não foram localizados na área de prospecção (SANTOS, 2003).

Quanto ao topônimo “Forno de Cal de Bernardino”, ele também se encontra nas terras do Sítio Monte Vidéo, mas um pouco afastado das benfeitorias citadas. O forno registrado na Planta de Bloem é de pedra e construído com processo manual, em formato vertical.

O Forno de cal era destinado à produção da cal viva (óxido de cálcio) pela decomposição térmica de calcário por calcinação. A solução de cal com água era utilizada na preparação de argamassa de reboco, mas sobretudo para cair paredes, enchimentos e estuques. Na agricultura, a cal promove a eficácia dos adubos e melhora os nutrientes das plantações. Um testemunho do final do século XIX, registrou que um dos meios de vida dos habitantes do município de Laranjeiras era “o fabrico de cal” (SILVA LISBOA, 1897, p. 90).

Atualmente, ainda se extrai calcário para construção, sendo uma das principais atividades econômicas da região. As atuais pedreiras estão localizadas, sobretudo, nas terras da fazenda Pilar – vizinha da Fazenda Ilha. Tais pedreiras são chamadas de “caieiras” pelos moradores do povoado Mussuca. “Trata-se de uma fonte importante não só de matéria-prima para a construção das casas, mas também de trabalho”, aliás de trabalho árduo (SANTANA, 2008, p. 109-110). Assim, na localidade a matéria-prima mineral mais abundante é o calcário, havendo extração desse minério

¹¹ Em 1855, nove anos depois da elaboração da Planta de Bloem, uma capela construída no Engenho Ilha foi mencionada por Emerenciana Sufia Lucina Barreto, primeira esposa do coronel Pedro Muniz Barreto, em seu testamento: “Se Deos me não der vida até que se conclua a capela de Nossa Senhora da Conceição que estamos edificando neste Engenho Ilha (...)”. LAR/C 1º Ofício. Testamento, nº geral 251, 1855. In: SANTOS (2003, p. 30).



para produção de fertilizantes sintéticos e materiais de construção por grupos empresariais (DANTAS JUNIOR, 2014).

No entanto, desde 2010 pelo menos, a área da Fazenda Ilha foi sinalizada com placas da Superintendência do IPHAN-SE, alertando que o “Sítio Arqueológico Engenho Ilha” é uma área protegida por leis federais, e que a destruição ou retirada de qualquer material, ou remoção de terra do local, constitui crime sujeito à pena de multa ou detenção.¹² Este alerta serve, principalmente, para as pedreiras e fábricas de cimento que exploram há décadas o solo e subsolo da área.

4.1.3 ENGENHO PINDOBA

O Engenho Pindoba está localizado na Planta de Bloem no quadrante superior direito do mapa, com suas benfeitorias (em vermelho) próximas às margens do Rio Sergipe. Era através das vias fluviais que as embarcações transportavam “caixas ou sacos de açúcar até os portos de embarque” (ALMEIDA, 1976, p. 542-543). A facilidade de escoamento fluvial à época era um motivo da concentração de engenhos às margens dos rios.

Quanto ao seu fitotopônimo (topônimos relativos a vegetais) “Pindoba” é uma designação de origem tupi, comum a diversas plantas da família das palmeiras, da subfamília das cocosoídeas (pindobeiras). A pindobeira era usada, e ainda é, no Nordeste para cobrir casebres de taipa (CUNHA, 1982). Certamente na área aqui examinada esta palmeira deveria ocorrer, sobretudo utilizada nos tetos de senzalas das dezenas de engenhos da região do Sergipe/Cotinguiba.

O antigo engenho Pindoba está atualmente localizado nas terras da Fazenda Pindoba. No local, ainda existem estradas de terra que nos levam tanto ao “morro da Mossuca” quanto às fazendas vizinhas do Pilar e Ilha. Essas vias terrestres aparecem na Planta de Bloem. Elas estão pintadas de amarelo. A estrada aquarelada de vermelho é a seção da nova estrada para a Vila de Laranjeiras desde o sítio “Monte Vidéo até a descida do morro da Mossuca”, objeto principal para a confecção da Planta do engenheiro alemão. Uma nova estrada e a reforma da ponte, como projetadas por Bloem, ligando sítios e engenhos da região aos trapiches e portos de embarque, poderiam reduzir ainda mais os custos de produção e aumentar a arrecadação de uma província tão carente de investimentos.

O Pindoba era um engenho do tipo banguê, como os demais nessa época na província, pois os engenhos a vapor só funcionariam em Sergipe a partir de 1860 (ALMEIDA, 1976). Ou seja, o Pindoba possuía pequena dimensão, instrumentos agrícolas rudimentares, gerando baixa produtividade, moenda com força movida à água ou animal, e a maioria dos trabalhadores era escravizado, com métodos de trabalhos rotineiros e reduzidas margens de lucro, implantado numa

¹² **Sítio Arqueológico Engenho Ilha.** Disponível em: <http://aracajuantigga.blogspot.com/2010/03/sitio-arqueologico-engenho-ilha.html>. Acesso em: 12 de março de 2023.



região com solo e clima adequados à lavoura canavieira, e com larga tradição de cultivo, exigindo menores investimentos de capitais, “mas pondo à venda um produto de qualidade inferior” (ALMEIDA, 1993, p. 299).

Até 1851, pelo menos, o engenho Pindoba era de propriedade de Manoel Rodrigues Barreto, que foi deputado provincial e presidente da Assembleia em 1852.¹³ Atualmente, a fazenda Pindoba é de propriedade da empresa Mineração Sergipe S/A, fundada em 1988 no segmento de extração e refino de minerais não-metálicos.¹⁴ Como já vimos, a mineração de pedra calcária ainda é uma das principais atividades econômicas da área, monopolizada por empresas, ou famílias proprietárias de terras que estão na região desde o século XIX.

4.1.4 CANTO DO NEGRO

O etnotopônimo (topônimos referentes a elementos étnicos) Canto do Negro está no projeto de Bloem junto de uma grande estrutura construtiva em vermelho, no quadrante inferior direito do documento. Essa estrutura parece ser das senzalas do sítio Monte Vidéo. Lembremos que na área prospectada em 2003 não foram encontrados vestígios de senzalas no Engenho Ilha. Por isso há “a possibilidade de as antigas senzalas terem sido construídas fora das dimensões que a fazenda [Ilha] assumiu a partir das primeiras décadas do século XX” (SANTOS, 2003, p. 55).

Ademais, o sentido de “Canto” nessa locução parece ser de “local retirado, recanto”, uma de suas acepções (HOUAISS, 2006). Desse modo, vemos a construção hachurada de vermelho por Bloem com denominação “Canto do Negro”, afastada da casa do sítio Monte Vidéo/Engenho Ilha, num recanto da propriedade.

Canto do Negro dá nome também ao riacho, à ponte e à nova estrada próximos ao que parece ser o barracão das senzalas. A estrada e a ponte são famosas pela passagem de viajantes e carreiros que transportavam caixas de açúcar em carros de boi, dos engenhos de Laranjeiras para a Alfândega de Porto das Redes, defronte ao porto do sítio Monte Vidéo/Engenho Ilha.

A ponte do Canto do Negro pode ser visualizada no Projeto de Bloem na curva do riacho que separa o sítio Monte Vidéo do continente, no quadrante inferior direito da Planta, logo em frente às supostas senzalas do Canto do Negro. A ponte também está pintada de vermelho, bem como a estrada nova que leva ao “Morro da Mossuca”. Tanto a estrada quanto a ponte, como dissemos, foram os objetos que motivaram a elaboração do Projeto de Bloem aqui examinado. Os dois equipamentos seriam fundamentais para o desenvolvimento da produção sacarina dos

¹³ **Correio Sergipense**. Aracaju, 1851, nº 47 e 51, p. 02.

¹⁴ **Mineração Sergipe S/A**. Disponível em: <<https://www.solutado.com.br>>. Acesso: 18 de junho de 2022. Ver também BRASIL. Imprensa Nacional. Edital INCRA-SE. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF, seção 3, nº 175, de 11 de setembro de 2018. p. 01-02.



engenhos de Laranjeiras. Mas a fatura das obras demorou anos, trazendo prejuízos à economia da província.

Em 1848, Bloem foi transferido para a Bahia, e a obra da ponte do Canto do Negro ficou abandonada e inconclusa. Três anos depois, em 1851, o presidente de Sergipe ainda reclamou aos deputados o estado de abandono, tanto da estrada quanto da ponte, “desde a retirada do engenheiro Bloem”, e lamentou que a província não teria recursos para reedificá-la e concluí-la (ANDRADE, 1851, p. 16). Muito embora, desde 1847, João Bloem teria deixado a ponte e a estrada “muito adiantadas”, tirando as tortuosidades da estrada do Monte Vidéo (SOUTO, 1847, p. 09). Já em março de 1850, o governo sancionou a resolução 267, autorizando despesa para “a conclusão da ponte do Canto do Negro, e seus respectivos aterros”.¹⁵ Porém, a quantia era insuficiente conforme alegação de outro engenheiro e do presidente que assim se expressaram em 1852 perante os deputados:

É sem dúvida digno de particular menção o conserto do aterro e da ponte do Canto do Negro, na estrada que de Laranjeiras se dirige ao Porto das Redes. Já a Assembleia Legislativa passada havia votado a quantia de 1:500\$ para o reparo da ponte. Uma tal consignação é, porém, declarada insuficiente pelo engenheiro que orça a despesa com esse reparo em 1:830\$. O conserto da ponte é tanto mais urgente, quanto é certo ser a respectiva estrada a mais frequentada talvez da Província; entretanto, que se alguma demora houver nesse conserto resultará danificar-se a ponte por tal modo que não será possível por ali transitar sem risco de vida, acrescentando a isto que o conserto não se poderá então efetuar senão por quantia superior a deste último orçamento (SILVA, 1852, p. 36).

No entanto, no ano seguinte, julho de 1853, um outro engenheiro da província alegou que a importante ponte do Canto do Negro continuava sem reparo, em progressiva ruína, com suas madeiras apodrecidas, “e os aterros foram de todo levados pelas marés”.¹⁶

O que se fez com o dinheiro despendido três anos antes, pelo governo provincial, para a conclusão da ponte? Perguntamos por que depois de oito anos, em 1861, a Câmara de Santo Amaro ainda solicitava ao governo o conserto da ponte do riacho Canto do Negro, “posto que não seja do Município [pertencia ao município de Laranjeiras], visto ser um ponto de muita passagem, que facilita as comunicações da vila [de Santo Amaro] com outros lugares da província” (ALVES JUNIOR, 1861, p. 52).

Reafirmando a precariedade das vias de comunicação, um testemunho do fim do século XIX escreveu que o estado físico das pontes de Sergipe era muito crítico, “carecendo de prontos reparos”, incluindo em sua lista a do Canto do Negro (SILVA LISBOA, 1897, p. 42). Pelo que

¹⁵ **Correio Sergipense**. São Cristóvão, nº 30, 24 de abril de 1850. p. 01.

¹⁶ SILVA, José Antonio de Oliveira. **Relatório à Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe**. São Cristóvão: Typographia Provincial, 10 de julho de 1853, p. 24.



vimos também em pesquisa de campo, essa ponte foi extinta, mormente após a desativação do Porto das Redes em meados do século XX.

4.1.5 SAUÁRA

Na planta de Bloem, vemos no quadrante inferior direito, e ligado por uma estrada ao engenho Pindoba, o nome “Sauára” com duas estruturas construtivas também hachuradas de vermelho, assentadas num promontório.

Apesar de não encontrarmos em nossas pesquisas alguma referência sobre a natureza desse registro toponímico feito por Bloem, suspeitamos que Sauára seja um sítio. Pois no entorno de suas construções aparecem figuras de plantações de cana às margens da estrada nova, além de estar na proximidade de outro sítio estampado na planta, o “sítio do Major Rodrigues” que leva o nome de seu proprietário.

No século XIX, era comum plantadores de sítios próximos a engenhos fornecerem cana para complementar a produção dos banguês, os quais possuíam pequena dimensão de área plantada. Neste sentido, “os donos de engenho estimularam os donos de sítios da zona da mata a plantarem cana-de-açúcar” (ALMEIDA, 1984, p. 196).

Quanto ao topônimo “Sauára”, ele é um zootopônimo (topônimo referente a animais) relativo ao peixe sauara (*Genyatremus luteus*). Sua ocorrência é bem comum no litoral de Sergipe em estuários de águas turvas, como as do rio Sergipe que corta a região aqui examinada. Ele atinge 1,5 kg de peso e alcança até 40 cm de tamanho. Até hoje no povoado da Mussuca significativa parcela dos moradores vivem “da maré” e pescam peixes de baixo poder de comercialização, para a subsistência das famílias, a exemplo do sauara.¹⁷

4.1.6 SÍTIO DO MAJOR RODRIGUES E CEDRO

No projeto de Bloem, saindo do “Sauára” e seguindo pela estrada nova em direção ao “Morro da Mossuca” vemos esses dois topônimos. Sobre o primeiro, não encontramos quem seria o “Major Rodrigues” do sítio. Este estabelecimento é uma pequena propriedade, onde no projeto está estampada de vermelho uma estrutura semelhante a uma casa grande, com áreas de pasto e plantações em redor; muito comum na região.

Bem vizinho ao “sítio do Major Rodrigues” vemos, na estrada em direção ao morro da Mossuca, um arruado de casas hachuradas de vermelho que Bloem registrou como Cedro. Provavelmente, essas moradias deveriam ser dos trabalhadores livres e/ou libertos que possuíam

¹⁷ SANTANA, Regina Norma de Azevedo. A Maré. In **Mussuca**: por uma arqueologia de um território negro em Sergipe d’El Rey. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 107-115. (Dissertação de Mestrado em Arqueologia do Museu Nacional). Ver também: Sauara. Disponível em: <https://www.atlasmacrofaunasergipe.com/peixes-osseos-7>. Acesso em: 20/04/2022.



pequenos lotes, ou arrendavam terras a terceiros, ou ainda trabalhavam por jornada nas fazendas e engenhos da vizinhança como diaristas, meeiros e rendeiros, “que compartilhavam com os escravos e agregados o trabalho braçal”.¹⁸

Atualmente, o antigo arruado Cedro é um povoado do município de Laranjeiras-SE, contíguo ao povoado Mussuca. Cedro é uma espécie de bairro rural ao longo da estrada, hoje denominada rua Humberto Cardoso (1º trecho) e estrada do Bumburum (2º trecho), as quais se direcionam às fazendas Pindoba, Pilar e Ilha, de quem parte da entrada da Mussuca, às margens da BR-101.

Quanto ao termo Cedro, ele é um fitotopônimo (topônimo referente a vegetais) que alude à árvore *Cedrella* sp, que ocorria nas matas de Laranjeiras-SE, cuja madeira era utilizada para várias serventias nos engenhos de açúcar, desde a fabricação de carro de bois até servir de lenha para as fornalhas (FRANCO, 1983, p. 94 *et passim*).

4.2 TOPÔNIMOS NATURAIS

4.2.1 RIO SERGIPE

Este hidrotopônimo (topônimo de acidente hidrográfico) é a principal via fluvial na planta de Bloem. Ele envolve a parte norte e leste da região, circundando a lateral direita e superior do projeto da nova estrada, cercada de sítios, lavouras, áreas alagadas e manguezais. Até hoje, os moradores da região vivem da pesca e da cata de mariscos durante os movimentos das marés do rio Sergipe (SANTANA, 2008, p. 103-108).

Aliás, na origem etimológica do corotopônimo (topônimo de nome de estados) “Sergipe”, um dos mariscos ainda pescados pelos atuais moradores, o siri, aparece como elemento constituinte. Assim, conforme Armindo Guaraná (1848-1924), Sergipe significaria “no rio dos siris”, ou Cyrigype, na língua dos índios que habitavam o local (GUARANÁ, 1916).

É de se notar também que Bloem registra, escrevendo no alto do mapa, “Direcção pouco mais ou menos do Rio Sergipe”. Ele não confunde o rio Sergipe com o Cotinguiba, como era comum à época. Só a partir de 1925, essa confusão foi sanada com a exposição de Elias Montalvão ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Desde então, sabe-se que o rio Cotinguiba, mais ao sul da área projetada por Bloem, é um dos afluentes do rio Sergipe (MONTALVÃO, 1925).

Como já se disse, era pelo rio Sergipe que se escoava a produção de açúcar, mel e aguardente comercializados pelos engenhos da região para outras províncias. Estes produtos passavam pela Alfândega de Porto das Redes, que ficava defronte do local de embarque da estrada nova, separadas apenas pela calha do rio Sergipe, como está no projeto de Bloem.

Assim, para evitar as consequências funestas da falta de vias apropriadas para o comércio, a lavoura canvieira limitou então “sua ocupação àquela faixa capaz de ser alcançada pela

¹⁸ MOTT, Luiz. **Sergipe del Rey**: população, economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986. p. 146.



comunicação fluvial”. Para os engenhos de açúcar da região era importante se localizar próximo a um rio navegável, pois as dificuldades de comunicação marítima tornavam-se um entrave para o escoamento quando a produção para exportação definiu a vida econômica da Província (ALMEIDA, 1984). Ademais, a partir de 1839, sete anos antes da confecção da Planta de Bloem, inicia-se a navegação direta de embarcações que saíam da Barra da Cotinguiba rumo aos portos internacionais, rompendo o “exclusivismo da intermediação baiana” sobre o comércio sacarino sergipano (ALMEIDA, 1993).

4.2.2 MORRO DA MOSSUCA

O segundo topônimo natural presente na Planta de Bloem é o geomorfotopônimo (topônimo de formas topográficas) “Morro da Mossuca”. Ele está localizado no lado oeste do mapa, no extremo oposto à área de embarque e desembarque do Sítio Monte Vidéo, de quem vem do Porto das Redes.

O “Morro da Mossuca” tem uma altitude de cerca de 70 metros de altura, segundo o documento de Bloem. Ele é um dos pontos mais elevados da região, de onde se tem uma visão privilegiada do vale do Sergipe/Cotinguiba. É digno de nota que em 1846 Bloem não tenha registrado “povoado da Mossuca”, e sim um morro com este nome. Suponho que a povoação erigira suas primeiras casas no alto do morro, e que depois se espalharam pela área ao longo dos séculos XIX e XX. Conforme outros testemunhos levantados, somente após 1870 é que o morro da Mossuca passou a ser denominado de povoado ou povoação da Mossuca, e depois Mussuca. Ou seja, cerca de 30 anos depois da confecção do mapa aqui examinado. Até então, portanto, Mussuca era apenas um dos seis Distritos de Paz que havia no termo de Laranjeiras.¹⁹

Neste sentido, a Mussuca hoje é um povoado do município de Laranjeiras-SE, localizado na mesma área onde foi topografado o “morro da Mossuca” na planta levantada por Bloem em 1846. O povoado se encontra a cerca de 20 Km de Aracaju, próximo à BR-101, cuja população está estimada em cerca de 2.000 habitantes, composta por famílias que vivem da agricultura de subsistência, da pesca artesanal, do pequeno comércio, do trabalho assalariado nas pedreiras e nos serviços públicos (MIRANDA, 2018).

A Mussuca foi reconhecida em 2006 como “território quilombola”, pois nesta área se concentrou uma parcela significativa da população escravizada. No entanto, a propriedade da terra ainda hoje não está regularizada.²⁰ Em 2018, por exemplo, a Superintendência do INCRA/SE (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Sergipe) publicou um edital para iniciar

¹⁹ Ofício da Câmara de Laranjeiras ao vice-presidente da Província sobre os distritos de paz da Vila de Laranjeiras, 12 de julho de 1836. In: SANTOS (2014, p. 11).

²⁰ FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Portaria nº 2, de 17 de janeiro de 2006. In **Diário Oficial da União**. Brasília, nº 15, de 20 de janeiro de 2006. p. 17.



um processo administrativo que trata da regularização fundiária do território quilombola da Mussuca.²¹ Mas, desde então, o processo ainda não foi concluído, o que traz prejuízos socioeconômicos para sua população afrodescendente, que além de enfrentar dificuldades quanto à regularização de terras, também sofre com a precariedade de emprego e renda; a falta de saneamento básico; acesso a saúde e educação públicas de qualidade (SANTOS, 2019).

Ademais, outro problema na povoação é a negação da memória, por alguns moradores, como descendentes de quilombolas. “Essa resistência deve ser compreendida à luz da recusa da comunidade em ser associada à escravidão e à pobreza”; bem como o temor de moradores pela perda da propriedade privada de seus bens, devido ao reconhecimento do título coletivo de território “remanescente de quilombo” (SANTOS, 2019, p. 116). Ademais, a escola pública local não inclui nos seus currículos histórias e manifestações culturais afrodescendentes, o que acarreta o problema de identidade ancestral. Porém, parcela da população da área resiste a esses e outros contratempos; sobretudo as mulheres, que têm papel fundamental na economia e na sedimentação dos vínculos culturais da comunidade.

Já em relação ao registro no mapa manuscrito de 1846 do topônimo “Mossuca” e não “Mussuca” é explicado pelo fenômeno da metafonia. Processo na fala que altera o timbre ou altura de uma vogal, refletindo-se também na escrita, a exemplo de “diferente para deferente”, “semente para simente”, “Sofia para Sufia”. Mesmo escrevendo Mossuca com “o”, fala-se Mussuca com som de “u”, e com o tempo também se alteraria o registro escrito como temos hoje, ou seja, Mussuca. Vale lembrar que o projeto de Bloem da estrada nova é um dos primeiros testemunhos em que há o raro registro do topônimo “Mossuca” numa fonte da primeira metade do século XIX.

Quanto à etimologia do etnotopônimo (topônimo dos elementos étnicos) “Mussuca” é bastante controversa, pois alguns estudiosos o designam como um termo de origem indígena e outros de origem africana. Lembremos que a toponímia brasileira, e especificamente sergipana, é mestiça pois nela “se manifesta o conjunto das influências étnicas recebidas pela língua falada no Brasil ao longo da história” (ALVES, 2004, p. 38).

Guaraná (1916, p. 20), por exemplo, registra Mussuca como de origem tupi, significando uma corruptela de môcyca, ou seja, “fazer chegar, puxar para si”, ou no caso de gado, “puxar pela cauda”. No entanto, estudiosos mais recentes não abonam Mussuca como sendo um étimo de

²¹ BRASIL. Imprensa Nacional. Edital INCRA-SE. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF, seção 3, nº 175, de 11 de setembro de 2018. p. 01-02. Nesse mesmo edital, estão descritos os imóveis e seus proprietários que incidem no perímetro da Mussuca demarcado pelo INCRA-SE, cujos registros estão lavrados nos Cartórios de 2º Ofício da Comarca de Laranjeiras/SE. Destaco apenas aqueles que estão topografados no mapa de Bloem, são eles: Fazenda **Pindoba**, propriedade da empresa Mineração Sergipe S/A; Fazenda **Canto dos Negros**, Espólio do Sr. Gélvio Azevedo Teles; Fazenda **Ilha**, proprietários: Cleonice Freire Barreto; Rosa Maria Freire Barreto; Maria Aparecida Barreto de Almeida; Irênio José Freire Barreto; José Américo Freire Barreto; Angélica Maria Barreto Gonçalves Freire e Vivaldo Lima Barreto (Grifo nosso).



origem tupi.²² Alguns pesquisadores, por exemplo, afirmam que Mussuca é uma corruptela da língua quicongo²³ **Munsuku**, dicionarizado no Brasil como mussoco e muçuco, ocorrendo duas modificações, ou metaplasmos, na passagem da língua africana para o português do Brasil (ALVES, 2004). Também concordamos que Mussuca seja uma palavra de origem africana, em princípio pelo fato de que a área teve um povoamento histórico predominantemente de africanos e afrodescendentes.

Por fim, há também a etimologia folclórica, ou popular, guardada nas memórias dos moradores, segundo a qual Mussuca faz alusão a um peixe chamado Mussum, encontrado pelos primeiros escravizados refugiados no local.²⁴

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “Planta do Terreno: Desd’o embarque no sitio Monte Video até a descida do Morro da Mossuca: Projecto da estrada nova para a Villa de Larangeiras”, de 1846, de João Bloem é um testemunho rico para se conhecer essa parcela do território desse município do vale do Cotinguiba/Sergipe, cuja estrada era uma das mais utilizadas por transeuntes e para escoamento de mercadorias.

Quanto aos topônimos contidos na Planta de Bloem, eles indiciam informações de relativo valor geográfico, histórico e cultural da área, além de ser prova incontestada da importante contribuição desse engenheiro prussiano para o progresso material da província.

Como vimos, a planta de Bloem era um projeto de suma importância para diminuir a situação crítica dos problemas enfrentados por Sergipe, no que se refere às relações comerciais para oferecer às mercadorias do interior, principalmente ao açúcar, boas condições para alcançar os portos do mar, através da Alfândega do Porto das Redes, que então se localizava em menor distância dos engenhos e possuía bons armazéns para guardar os produtos exportados.

Contudo, pelo que deduzimos de diversas fontes, a inércia dos governantes, a precariedade das contas públicas, a corrupção no uso do erário e a falta de investimento dos próprios produtores rurais, mantiveram as estradas e pontes de Sergipe em condições críticas ao longo de todo o século XIX. Exemplo disso, é que em 1897, meio século depois do projeto do engenheiro Bloem, o transporte terrestre em Sergipe ainda era realizado por estradas em regra acidentadas e sinuosas, que na estação invernal impossibilitavam o trânsito, “em virtude da grande quantidade de atoleiros que acumulam” (SILVA LISBOA, 1897. p. 58).

²² Ver, por exemplo, CUNHA (1982).

²³ Língua banta falada atualmente em Angola e Moçambique.

²⁴ LEITE, Sílvia. **Mussuca: tradição e resistência em comunidade quilombola**. Disponível em: <<https://lugaresdememoria.com.br/mussuca-tradicao-e-resistencia-em-comunidade-quilombola/>>. Acesso em: 29/03/2023



Afinal, apesar de as autoridades e os produtores rurais terem ciência dos problemas críticos das vias de comunicação e de sua interferência no baixo desenvolvimento da província, a execução de muitas obras estruturantes não se tornou uma realidade concreta, e por conta disso Sergipe não se libertou da longa e asfíxiante dependência econômica em relação à província da Bahia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. da G. S. de. **Uma unidade açucareira em Sergipe: o Engenho Pedras**. In: Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo: ANPUH, v. 02, 1976. p. 542-543.

_____. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **Nordeste açucareiro: desafios num processo do vir-a-ser capitalista**. Aracaju: UFS/SEPLAN/BANESE, 1993.

ALVES, F. J.. **Mussuca: um topônimo sergipano de origem africana**. Aracaju, Sergipe Mais, outubro de 2004.

ALVES JÚNIOR, T.. **Relatório à Assembleia Provincial**. Aracaju: Typographia Provincial, 04 de março de 1861.

AMARAL, A. J. A. do. **Fala com que abriu a Assembleia Provincial**. São Cristóvão: Typographia Provincial, 1846.

ANDRADE, A. J. P. de. **Fala à Assembleia legislativa Provincial de Sergipe**. São Cristóvão, 11 de janeiro de 1851.

AULER, G.. **Os colonos de Santa Amélia (Pernambuco-1829) e o diretor Major João Bloem**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais/MEC, 1964.

BALDIN, A. de F. A.. **A presença alemã na construção da cidade de São Paulo entre 1820 e 1860**. São Paulo: USP/FAU, 2012. (Tese - História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo).

BRASIL. Arquivo Nacional. **José Antônio Pimenta Bueno**. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br>>. Acesso em: 27/04/2022.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF, 11 de setembro de 2018, nº 175, seção 3.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 12 de setembro de 2018, nº 176, seção: 3.

CARDOSO, A.. João Bloem: um engenheiro militar prussiano no Brasil e em Sergipe do século XIX. Aracaju, **Jornal da Cidade**, nº 14.559/14.560, 22 e 23 de fevereiro de 2022, p. A-6.

CORREIO SERGIPENSE. São Cristóvão, nº 16, 18 e 20 de 1848.

_____. São Cristóvão, nº 30, 24 de abril de 1850.

_____. São Cristóvão, nº 25, 09 de abril de 1851.



_____. Aracaju, nº 47 e 51, 1851.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário Histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1982.

DANTAS JÚNIOR, V. J. S.. **Tecnotipos instrumentais**: análise tecnofuncional de instrumentos do Sítio Pilar (Povoado Mussuca/ Laranjeiras/ SE). São Cristóvão/SE: UFS, 2014. (Dissertação - Mestrado em Arqueologia).

DICK, M. V. P. do A.. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. 2. ed. São Paulo: USP/FFLCH, 1990.

FRANCO, E.. **Biogeografia do Estado de Sergipe**. Aracaju: Segrase, 1983.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Portaria nº 2, de 17 de janeiro de 2006. In **Diário Oficial da União**. Brasília, nº 15, de 20 de janeiro de 2006.

GALVÃO, M. da C.. **Relatório da Viagem Imperial à Província de Sergipe**. Bahia: Typographia do Diário, 1860.

GUARANÁ, A.. Glossário Etymológico dos Nomes da Língua Tupi na Geografia do Estado de Sergipe. **Revista do IHGSE**, Aracaju, v. 3, fasc. 1-4, p. 297-326, 1916.

HOUAISS. A.. **Dicionário eletrônico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, versão 2.0, out de 2007.

JORNAL DO ARACAJU. Aracaju, nº 270, 1872.

LEITE, S. **Mussuca: tradição e resistência em comunidade quilombola**. Disponível em: <<https://lugaresdememoria.com.br/mussuca-tradicao-e-resistencia-em-comunidade-quilombola/>>. Acesso em: 29/03/2023.

MINERAÇÃO SERGIPE S/A. Disponível em: <<https://www.solutudo.com.br>>. Acesso em: 18 de junho de 2022.

MIRANDA, F. G.. **Memória das árvores**: um estudo etnoarqueológico na Mussuca (Laranjeiras/SE). 2018. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia-UFS/Campus de Laranjeiras).

MITRA da Arquidiocese de Porto Alegre-RS, Cúria Metropolitana do Arcebispo. **Assento da certidão de óbito de João Bloem**. Livro 07 de assentamentos de óbitos da Igreja de Nossa Senhora Mãe de Deus, Catedral de Porto Alegre, folha 249, Porto Alegre-RS.

MONTALVÃO, E. do R.. Qual o rio que banha a cidade? **Revista do IHGSE**. Aracaju, v. 6, nº 10, p. 31-35, 1925.

MOTT, L.. **Sergipe del Rey**: população, economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986.

NOTICIADOR SERGIPENSE. Sergipe: Typographia de Silveira, nº 84, 12 de fevereiro de 1836.

SANTANA, R. N. de A.. **Mussuca**: por uma arqueologia de um território negro em Sergipe d'El Rey. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. (Dissertação - Mestrado em Arqueologia do Museu Nacional).



SANTOS, A. L. P. dos S.. **Fontes para a História da Mussuca–Laranjeiras-SE**. São Cristóvão-SE, UFS, 2014. (Monografia de História).

SANTOS, J. F.. **Do Fausto às Ruínas**: subsídios para a exploração arqueológica no engenho Ilha em Laranjeiras – SE. São Cristóvão: UFS, 2003. (Monografia em História).

SANTOS, J. A. M. dos. **A luta do povo quilombola, Mussuca**: organização política e resistência em Sergipe. São Cristóvão: UFS, 2019. (Dissertação - Mestrado em Geografia).

SAUARA. Disponível em: <<https://www.atlasmacrofaunasergipe.com/peixes-osseos-7>>. Acesso em: 20/04/2022.

SILVA, J. A. de O.. **Relatório à Assembleia Legislativa Provincial**. São Cristóvão-SE: Typographia Provincial, 08 de março de 1852.

_____. **Relatório à Assembleia Legislativa Provincial**. São Cristóvão: Typographia Provincial, 10 de julho de 1853.

SILVA LISBOA, L. C. **Chorographia do Estado de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1897.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO ENGENHO ILHA. Disponível em: <<http://aracajuantigga.blogspot.com/2010/03/sitio-arqueologico-engenho-ilha.html>>. Acesso em: 12 de março de 2023.

SOUTO, J. F.. **Relatório apresentado à Assembleia Provincial**. São Cristóvão-SE: Typographia Provincial, 03 de maio de 1847.

TEIXEIRA, A. N. dos S.. **Metaplasmos da Língua Portuguesa**: uma aplicação na rede social digital Facebook. Disponível em: <<https://bdm.ufpa.br>>. Acesso em: 10/05/2022.